PROJETO DE LEI Nº do documento: (S/N)Tipo do documento:

INSTITUI A POLÍTICA DE ROTAS ACESSÍVEIS DO CEARÁ, COM O OBJETIVO DE GARANTIR O DIREITO À Descrição:

ACESSIBILID

Autor: 100016 - DEPUTADO DE ASSIS DINIZ Usuário assinador: 100016 - DEPUTADO DE ASSIS DINIZ

06/06/2025 10:50:26 Data da criação: Data da assinatura: 06/06/2025 11:02:44



GABINETE DO DEPUTADO DE ASSIS DINIZ

AUTOR: DEPUTADO DE ASSIS DINIZ

PROJETO DE LEI 06/06/2025

> INSTITUI A POLÍTICA DE ROTAS ACESSÍVEIS DO CEARÁ, COM O OBJETIVO DE GARANTIR O DIREITO À ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, **MOBILIDADE** REDUZIDA.

CEARÁ **ASSEMBLEIA** LEGISLATIVA DO **ESTADO** DO **DECRETA:** A

Art. 1º Fica instituída a Política de Rotas Acessíveis do Ceará, com o objetivo de garantir o direito à mobilidade urbana de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por:

- I Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance, para a utilização com segurança e autonomia, de edificações, espaços, mobiliário e equipamentos urbanos;
- II acessível: característica do espaço, edifício, mobiliário, equipamento ou outro elemento que possa ser alcançado, visitado, compreendido e utilizado por qualquer pessoa;
- III rotas acessíveis: trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos d e espaços edificações;
- IV barreira arquitetônica ou urbanística: qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a plena acessibilidade de rota. espaço, mobiliário ou equipamento
- Art. 3º São diretrizes da Política de Rotas Acessíveis:
- I Priorização do deslocamento a pé;
- II implantação de calçadas e travessias acessíveis;

III - sinalização adequada para pessoas com deficiência visual;

IV - adaptação de espaços públicos e privados para garantir o acesso de pessoas com deficiência;

V - educação e conscientização da população sobre a importância da acessibilidade;

VI - integração com os modais de transporte público.

Art. 4° Cabe ao Poder Executivo Estadual:

I - Elaborar o Plano Estadual de Rotas Acessíveis, com o objetivo de garantir o cumprimento das diretrizes previstas nesta Lei;

II - fiscalizar o cumprimento das normas de acessibilidade em espaços públicos e privados;

III - promover campanhas de educação e conscientização sobre a importância da acessibilidade;

IV - promover a integração entre as rotas acessíveis e os modais de transporte público.

Art. 5° As pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idosos têm o direito de denunciar qualquer irregularidade relacionada à acessibilidade no Estado.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente Lei tem como objetivo garantir o direito à acessibilidade de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idosos. Para isso, estabelece diretrizes para a implantação de rotas acessíveis no Estado do Ceará.

As rotas acessíveis são essenciais para garantir a autonomia e independência dessas pessoas, permitindo que elas se desloquem pela cidade com segurança e conforto. Além disso, a acessibilidade contribui para a inclusão social e a promoção da igualdade.

O Plano Estadual de Rotas Acessíveis deverá estabelecer metas e prazos para a implantação de calçadas e travessias acessíveis, sinalização adequada para pessoas com deficiência, adaptação de espaços públicos e privados, e educação e conscientização da população sobre a importância da acessibilidade.

A integração com os modais de transporte público é fundamental para garantir que as pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idosos possam se deslocar pela cidade de forma segura e acessível.

A inclusão da questão da integração com os modais de transporte público no Projeto de Lei é importante porque garante que as pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idosos possam se deslocar pela cidade de forma segura e acessível.

Pela importância da matéria, conto com o apoio dos meus pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

DEPUTADO DE ASSIS DINIZ

DEPUTADO (A)